

**ATA Nº 01/2019**  
**Reunião do Comitê de Integridade**

<b>Presentes</b>	<b>Setor</b>	<b>Assinatura</b>
Ada Guagliardi Faria	Núcleo de Governança	
Amanda Carlou Andrade Santos	Serviço de Informações ao Cidadão	
Ana Beatriz de Almeida Santos	Procuradoria Jurídica	
Danielle Silva de Araújo	Auditoria	
Elaine Maria Soares Ventura	Ouvidoria	
Hugo Cavour Teixeira da Silva	Diretoria Adjunta de Licitações e Contratos	
João Gilberto da Silva Carvalho	Diretoria Executiva	
Juliana Calmon Du Pin e Almeida	Núcleo de Implantação de Atividades Correcionais	
Ricardo Ferreira Leite	Núcleo de Governança	
Simone Corrêa Souza	Núcleo de Implantação de Atividades Correcionais	

**Abertura da reunião:**

Ada leu rapidamente o conteúdo da pauta proposto por e-mail e aberto a contribuições. Ninguém incluiu mais nenhum tópico.

Discutiu-se brevemente o modelo de ata a ser utilizado, e foi questionado se há um modelo ou regra a serem seguidos. João Gilberto e Simone disseram que podemos fazer um novo modelo que facilite o entendimento.

**Pauta da reunião:**

**1) Abas para a página de integridade:**

Legislação - Essa aba deverá ser alimentada com a legislação para a criação do comitê, a resolução que homologa o Plano de Integridade e futuros documentos

Comitê - Formação do Comitê de Integridade

Plano - Plano de Integridade do IFRJ (ou esse pode ficar na aba legislação somente)

Ações - As ações já realizadas, planejadas, etc

Atas - As atas das reuniões do Comitê de Integridade. Minha sugestão, prezando pela transparência das informações, é que o comitê registre as suas reuniões em atas e também utilize pauta para agilizar as discussões e deixar clara as ações/tarefas futuras, datas e responsáveis. Para que não fique pesado para ninguém, pode-se adotar as atas e um rodízio de quem irá escrevê-la em cada reunião.

**2) Regulamento Interno para definir quais documentos necessitam ser classificados como sigilosos - com dados pessoais (sigiloso / informação restrita no SIPAC)**

**Há uma lei que prevê punição para órgãos públicos que divulgam informações sigilosas:**

- LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018:

**CAPÍTULO IV - DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO:**

Art. 26. O uso compartilhado de dados pessoais pelo Poder Público deve atender a finalidades específicas de execução de políticas públicas e atribuição legal pelos órgãos e pelas entidades públicas, respeitados os princípios de proteção de dados pessoais elencados no art. 6º desta Lei.

- LAI - Lei de Acesso à Informação

**3) Comitê de Governança, Riscos e Controles:**

Portaria com nova formação;

Inclusão do substituto do Reitor

Necessidades (Comitê de Governança, Riscos e Controles):

- Atualizar o regulamento;

- Atualizar/Criar efetivamente a política de gestão de riscos;

**4) Apresentar os resultados do IFRJ em Governança Pública (questionário do TCU):**

- Apresentar pontos para serem trabalhados no nível institucional e conseguirmos aumentar o nível de governança do IFRJ

**5) Sugestão de inclusão de conteúdo de gestão de contratos no próximo concurso com o intuito de deixar clara a necessidade de conhecimento e execução de atividades de gestão de fiscalização de contratos no IFRJ já que temos tanto problema com essa questão:**

**6) Divulgação de ações do Comitê de Integridade:**

**Assuntos discutidos:**

**1 – Abas no Portal do IFRJ:**

Nenhum dos itens propostos para a aba foi rejeitado. Danielle Silva de Araújo propôs a inclusão de mais um item chamado “Links relacionados”, onde serão disponibilizados os sistemas utilizados;

Elaine comentou que os sistemas de ouvidoria (e-Ouv) e de acesso à informação (e-Sic) agora foram integrados em um novo sistema chamado “FalaBR”.

**2- Documentos sigilosos:**

Danielle disse entender que o comitê não teria poder deliberativo para isso, e sim o CONSUP. Levantou-se a CGArq como possível responsável por elaborar o rol de documentos que serão classificados como sigilosos no SIPAC.

A Andréia da CGArq foi chamada para a reunião e expôs os problemas com a classificação dos documentos nas unidades protocolizadoras. Atualmente não há definição de um rol de documentos sigilosos que compõem os processos ostensivos.

Simone perguntou como isso é feito em outras instituições, e algumas pessoas se dispuseram a entrar em contato com outros institutos para saber.

João Gilberto propôs que o setor de arquivo faça um rol com os documentos que serão classificados como sigilosos e encaminhe para o comitê, que encaminhará para o Reitor.

Andréia pontuou que hoje no SIPAC não existe a classificação “informação pessoal” para os documentos, por isso eles são classificados como sigilosos.

### 3- Comitê de Governança, Riscos e Controle:

Discutiu-se sobre a composição do comitê e Simone comentou que a DGTIC não acha produtivo que assuntos de tecnologia da informação sejam tratados por todos os membros, e que um outro comitê específico seria melhor; João Gilberto propôs que a Governança analise as atas do Colégio de Dirigentes para mapear os riscos discutidos nas reuniões e assim levar ao comitê para fazer a gestão desses riscos.

### 4- Questionário do TCU:

Foi proposto que os resultados dos questionários sejam publicados.

Ada apresentou o relatório do 2018 do TCU, passando por pontos específicos de cada área.

Ada falou do treinamento de gestores proposto pela DQDP, e do conteúdo de governança, que tem o potencial de melhorar os resultados obtidos no questionário.

João Gilberto colocou em discussão a eficácia do treinamento, questionando que tipo de metodologia devemos usar para que haja comprometimento dos gestores e mudanças.

O grupo concordou que deve existir sensibilização e capacitação dos gestores, junto com a maior responsabilização destes.

Discutiu-se o conteúdo e a metodologia possíveis para o curso. Ana Beatriz Santos disse que culturalmente os resultados de cursos assim não são muito expressivos e sugeriu que o conteúdo seja mais voltado para aplicações práticas.

Elaine disse que teoria e aprofundamento práticos seriam o ideal.

João Gilberto deu a sugestão de fazermos uma simulação com diferentes grupos (com e sem capacitação) para testarmos a eficácia do treinamento e decidir pela implementação ou não do curso.

### 5- Propostas:

Fazer divulgação dos processos de trabalho definidos com padrões e responsabilização, respeitando rigorosamente o fluxo estabelecido para implementá-lo efetivamente.

Ana Beatriz Santos trouxe a ideia de criar um setor de fiscalização de contratos com equipe multidisciplinar.

Hugo Cavour alinhado a esse pensamento, comentou da importância de existirem equipes assim, por conta da sinergia gerada.

Fazer simulação com o último questionário do TCU para sabermos como estamos atualmente.

Governança compartilhar o questionário e relatório do TCU com o grupo para que todos analisem e identifiquem pontos críticos para começarmos a trabalhar.

Foi proposto que o pregão fosse objeto da simulação para testar a eficácia do treinamento, mas a hipótese foi descartada por estarmos em período crítico para a área.

## Pendências/Responsáveis:

Solicitar a criação da página para o Comitê de Integridade com as abas:

Legislação - Essa aba deverá ser alimentada com a legislação para a criação do comitê, a resolução que homologa o Plano de Integridade e futuros documentos

Comitê - Formação do Comitê de Integridade

Plano - Plano de Integridade do IFRJ (ou esse pode ficar na aba legislação somente)

Ações - As ações já realizadas, planejadas, etc

Atas - As atas das reuniões do Comitê de Integridade. Minha sugestão, prezando pela transparência das informações, é que o comitê registre as suas reuniões em atas e também utilize pauta para agilizar as discussões e deixar clara as ações/tarefas futuras, datas e responsáveis. Para que não fique pesado para ninguém, pode-se adotar as atas e um rodízio de quem irá escrevê-la em cada reunião.

Links relacionados - onde serão disponibilizados os sistemas utilizados;

Responsável: Ada Faria

Prazo: 27/08/2019

Fazer um rol de documentos que serão classificados como sigilosos e encaminhar para o comitê, que encaminhará para o Reitor

Responsável: Andréia Pereira

Prazo: 27/08/2019

Compartilhar o questionário do TCU de Governança Pública, o relatório do TCU de Governança Pública e o relatório de Auditoria com o comitê para que todos analisem e identifiquem pontos críticos para começarmos a trabalhar

Responsável: Ricardo Ferreira/Danielle Araújo

Prazo: 15/08/2019

Estudar os documentos: questionário do TCU de Governança Pública, relatório do TCU de Governança Pública e o relatório de Auditoria e levar ideias para a próxima reunião

Responsável: Todos

Prazo: 27/08/2019